

GUARDAR A DEMOCRACIA OU ENTERRÁ-LA? UMA CRÍTICA MATERIALISTA A “COMO AS DEMOCRACIAS MORREM”

PRESERVE DEMOCRACY OR BURY IT? A MATERIALIST CRITIQUE OF “HOW DEMOCRACIES DIE”

 <https://doi.org/10.63330/sasciencesv6n2-149>

Submetido em: 18/08/2026 e Publicado em: 26/08/2026

SAS: e26375

Alessandra Maria Teixeira Magalhães Cruz

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: allessandra_tc@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2220512925730840>

Ana Cristina Crispim Maurício

Mestre

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: anacristina@dcx.ufpb.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6708241039642619>

Camila de Sousa Rodrigues de Alencar

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: camilalencar_@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3430131511742405>

Edson Soares da Silva

Mestre

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: edson_ss1@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2995467883104165>

Jerusalém de Lima Silva

Mestre

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: jerulima@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1153957069606323>

José Valdemar Leite Brasileiro

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: igaracybrasileiro@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9098937688716276>



Maria Dalvanir Fausto de Lima

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: dalvanir07@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7697745180018788>

Maria do Socorro Costa Limeira

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: helplimeira@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4930820729752581>

Valdete de Souza Falcão

Especialista

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: valdete@biblioteca.ufpb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8048396941720548>

Waleska Christina de Castro Gondim do Nascimento

Mestre

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

E-mail: waleskachris@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4383035853521431>

Resumo

Este artigo propõe uma análise crítica do livro *Como as democracias morrem* (2018), de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, a partir de um referencial teórico de esquerda. Parte-se da hipótese de que a obra, embora diagnostique corretamente a erosão das normas democráticas, o faz a partir de um marco liberal-institucionalista que limita radicalmente seu potencial explicativo e normativo. A crítica se desdobra em quatro eixos: a concepção procedimental de democracia, que esvazia seu conteúdo substantivo; o elitismo da tese dos "guardiões" partidários; o apagamento das estruturas econômicas — neoliberalismo, financeirização e desigualdade — como causas da crise democrática; e a condenação indiferenciada do "populismo", que equipara projetos de esquerda e de direita. Conclui-se que, ao situar a ameaça à democracia no comportamento de líderes e na erosão de normas, o livro produz uma defesa conservadora do *status quo* que imuniza as causas estruturais que ele próprio lamenta não combater.

Palavras-chave: Crise democrática; Levitsky e Ziblatt; Neoliberalismo; Populismo; Teoria democrática.

Abstract

This article offers a critical analysis of the book *How Democracies Die* (2018), by Steven Levitsky and Daniel Ziblatt, from a left-wing theoretical framework. It starts from the hypothesis that, although the work correctly diagnoses the erosion of democratic norms, it does so from a liberal-institutionalist framework



that radically limits its explanatory and normative potential. The critique unfolds along four axes: the procedural conception of democracy, which empties it of substantive content; the elitism of the thesis of party “gatekeepers”; the erasure of economic structures—neoliberalism, financialization, and inequality—as causes of the democratic crisis; and the undifferentiated condemnation of “populism,” which equates left-wing and right-wing projects. It concludes that, by locating the threat to democracy in the behavior of leaders and the erosion of norms, the book produces a conservative defense of the status quo that immunizes the structural causes it itself laments not confronting.

Keywords: Democratic crisis; Democratic theory; Levitsky and Ziblatt; Neoliberalism; Populism.

1 INTRODUÇÃO

Como as democracias morrem tornou-se, desde sua publicação em 2018, uma referência quase obrigatória no debate público sobre a crise das democracias contemporâneas. Escrito por dois cientistas políticos de Harvard — Steven Levitsky, reconhecido comparatista latino-americanista, e Daniel Ziblatt, estudioso das elites europeias —, o livro articula uma tese central: a de que as democracias contemporâneas raramente morrem por golpes militares espetaculares, mas por uma “via eleitoral” lenta, na qual líderes eleitos corroem as instituições “a partir de dentro, via eleições ou alianças com figuras políticas poderosas” (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 25).

O diagnóstico não é desprovido de méritos. Ao chamar atenção para a banalidade do autoritarismo eleitoral, para a responsabilidade das elites partidárias e para a fragilidade das “grades de proteção” informais da democracia, os autores produzem uma análise que ressoou, e não por acaso, num Brasil pós-2013 e num mundo assombrado por Trump, Orbán e Bolsonaro.

Contudo, a força do livro é também seu limite. Este artigo sustenta que a obra opera dentro de um marco liberal-institucionalista que reduz a democracia a um conjunto de procedimentos e normas, deposita a esperança de salvação nas elites que produziram a crise, silencia sobre as determinações econômicas do retrocesso democrático e trata a experiência da esquerda latino-americana como epítome do autoritarismo, sem mediação histórica ou geopolítica. Trata-se, em suma, de um livro que diagnostica a doença corretamente, mas recusa-se a nomear suas causas estruturais, oferecendo, ao final, uma terapêutica conservadora.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e exploratório, fundamentada no método materialista histórico-dialético. O objetivo é examinar criticamente as categorias



centrais mobilizadas por Levitsky e Ziblatt (2018) — norma democrática, guardiões partidários, populismo e recessão democrática — e confrontá-las com o referencial teórico da tradição crítica de esquerda.

O percurso metodológico estruturou-se em três etapas. Na primeira, realizou-se a leitura integral da obra *Como as democracias morrem* (versão digital), com fichamento das teses centrais e identificação das passagens mais representativas de sua arquitetura argumentativa, notadamente a introdução, o prefácio de Jairo Nicolau e os capítulos sobre as "alianças fatídicas" e as "grades de proteção" da democracia. Na segunda etapa, procedeu-se à revisão de literatura em torno do campo crítico, mobilizando-se autores que tematizam a relação entre democracia, capitalismo e neoliberalismo — a exemplo de Wood (2003), Macpherson (1978), Brown (2015), Fraser (2019), Poulantzas (1980), Laclau (2013) e Mouffe (2020). Na terceira etapa, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), mediante a qual se estabeleceram quatro eixos analíticos — concepção de democracia; papel das elites; determinações econômicas; tratamento do populismo —, a partir dos quais a obra foi submetida a uma leitura crítica e problematizadora.

Quanto às fontes, a pesquisa vale-se exclusivamente de materiais bibliográficos já publicados. Para fins de padronização, adotaram-se as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 6023, para as referências, e NBR 10520, para as citações. As citações diretas do livro analisado referem-se à paginação da versão digital disponibilizada para consulta.

3 A DEMOCRACIA COMO PROCEDIMENTO: OS LIMITES DO INSTITUCIONALISMO NORMATIVO

O primeiro limite da obra é conceitual. Levitsky e Ziblatt trabalham, implícita mas consistentemente, com uma concepção "mínima" e procedimental de democracia, herdeira da tradição de Schumpeter (1984): a democracia como competição pacífica entre elites pela conquista do voto popular. O que define uma democracia, nessa chave, não é a soberania popular efetiva, a igualdade substantiva ou a capacidade dos cidadãos de controlar as decisões que afetam suas vidas, mas a existência de eleições livres, de freios e contrapesos e de normas de tolerância entre adversários.

Essa escolha teórica não é inocente. Como demonstrou Macpherson (1978) em sua crítica ao "pluralismo de equilíbrio", e como Meiksins Wood (2003) retomou em chave materialista, a redução da democracia ao procedimento é, historicamente, o modo pelo qual o liberalismo conciliou o sufrágio universal com a preservação do poder de classe: os eleitores escolhem *quem* governa, mas não *o que* é decidido; as decisões fundamentais — sobre propriedade, investimento e distribuição — permanecem blindadas por direitos de propriedade e mercados financeiros.

É sintomático que o livro trate a erosão democrática como um problema essencialmente *comportamental e normativo* — líderes que "rejeitam as regras do jogo", "negam a



legitimidade de oponentes", "toleram a violência" — e não como um problema *estrutural*. A "prova dos nove" proposta pelos autores (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 33-35) é um instrumento de triagem de personalidades autoritárias, não de análise das condições sociais que produzem essas personalidades. Perguntas como "quem financia esses líderes?", "que frações de classe os sustentam?" ou "que transformações econômicas geraram o ressentimento que eles mobilizam?" simplesmente não pertencem ao universo analítico do livro.

Ao operar nesse registro, a obra herda uma cegueira característica do institucionalismo contemporâneo: a tendência a tratar as instituições como variáveis independentes, cuja robustez bastaria para conter a ameaça autoritária, ignorando que as próprias instituições são, em grande medida, cristalizações de correlações de força sociais. Como adverte Poulantzas (1980), o Estado e suas instituições não são um espaço neutro a ser "defendido", mas um campo estratégico atravessado por lutas de classe. Uma teoria da crise democrática que abstrai essas lutas condena-se a descrever sintomas sem jamais alcançar as causas.

4 OS "GUARDIÕES" E A NOSTALGIA DAS SALAS ENFUMAÇADAS: O ELITISMO DA TESE DO FILTRO PARTIDÁRIO

O segundo eixo crítico diz respeito ao que há de mais revelador na arquitetura argumentativa do livro: a tese dos "partidos como guardiões da democracia". Levitsky e Ziblatt sustentam que o essencial para a sobrevivência democrática não é o julgamento do eleitorado, mas a capacidade das elites partidárias de "filtrar" candidatos perigosos antes que cheguem às urnas. Em síntese, "os partidos políticos são os guardiões da democracia" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 32). E os autores chegam a afirmar, com franqueza desarmante: Essa visão está errada. Ela espera demais da democracia — que "o povo" possa dar forma, como lhe aprouver, ao tipo de governo que possui. É difícil encontrar qualquer evidência de apoio majoritário ao autoritarismo na Alemanha e na Itália nos anos 1920.

O desdobramento histórico dessa tese é ainda mais eloquente. Ao descrever o sistema de indicação de candidatos que vigorou nos Estados Unidos até 1972, os autores registram que os candidatos eram escolhidos "em conversas de bastidores em salas enfumaçadas" por "um pequeno grupo de dirigentes partidários" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 8). A reforma das primárias, que transferiu essa decisão a "milhões de eleitores", é apresentada como o mecanismo que "facilitou" a ascensão de um *outsider* como Trump (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 8).

Ora, o que está em jogo aqui é uma franca desconfiança da soberania popular. A democracia, para Levitsky e Ziblatt, é segura apenas quando as massas são mantidas a uma distância regulamentar do poder de decisão, cabendo às elites a tarefa de "protegê-la" — inclusive, se necessário, contra a vontade expressa



nas primárias. Há uma ironia profunda em que um livro dedicado a defender a democracia lamente a democratização do processo de seleção de candidatos.

Essa postura é a expressão contemporânea de uma longa tradição liberal que, de Mill a Schumpeter, viu nas massas um perigo latente a ser contido. Como observou Rancière (2014), o "ódio à democracia" do pensamento liberal consiste precisamente em aceitar a participação popular apenas na medida em que ela não ameace a distribuição existente de poder. A tese dos "guardiões" não é, portanto, um deslize retórico: é o coração normativo do livro. A solução implícita — devolver o filtro às elites — é uma restauração oligárquica vestida de defesa democrática.

5 O APAGAMENTO DA ECONOMIA: NEOLIBERALISMO, DESIGUALDADE E A CRISE DA REPRESENTAÇÃO

O terceiro limite é o mais grave do ponto de vista explicativo. O livro reconhece, de passagem, que a polarização nos Estados Unidos "se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 21). Mas a palavra que estrutura toda a análise das causas é, invariavelmente, *normas* — ou, no máximo, *polarização*. A economia é uma ausência estruturada.

Contudo, há um corpo robusto de literatura — que uma análise de esquerda é obrigada a mobilizar — que vincula a crise democrática contemporânea diretamente à reestruturação neoliberal iniciada nos anos 1970-1980. A desindustrialização, a financeirização, a precarização do trabalho, o desmonte do Estado de bem-estar e a explosão da desigualdade não são pano de fundo da crise política: são suas causas. A "reação insidiosa" que os autores mencionam não surgiu do nada; foi alimentada pela devastação material de comunidades inteiras, pela perda de horizontes de futuro e pela percepção — correta — de que as elites políticas dos dois partidos administraram, por décadas, um consenso que aprofundou a concentração de riqueza.

É precisamente aqui que a categoria de "populismo" se revela insuficiente e ideológica. Quando as alternativas redistributivas são sistematicamente bloqueadas pelo poder econômico e quando os partidos tradicionais convergem para um mesmo programa de austeridade, a revolta popular encontra canais que a ciência política liberal descreve como "patologia". Brown (2015) mostrou como a "razão neoliberal" corrói os próprios pressupostos do sujeito democrático, despolitizando a cidadania e transformando-a em gestão de si. Fraser (2019) descreveu a emergência de um "neoliberalismo progressista" — a aliança entre capital financeiro e pautas identitárias desligadas de redistribuição — que, ao abandonar a classe trabalhadora, criou as condições para a reação autoritária que hoje assombra o mundo.

Nenhuma dessas análises encontra lugar em *Como as democracias morrem*. O resultado é um livro que vê a tempestade, mas ignora que foi o próprio modelo econômico defendido pelo establishment que semeou o vento. Ao não tematizar a desigualdade, a obra acaba por funcionar, objetivamente, como um



dispositivo de ocultação: atribui-se a crise a "demagogos" e a "normas corroídas", nunca ao capitalismo realmente existente.

6 O MITO DA EXCEPCIONALIDADE ESTADUNIDENSE: RAÇA, IMPERIALISMO E O PASSADO QUE O LIVRO NÃO CONTA

O quarto eixo diz respeito à história que o livro narra — e à que ele silencia. Levitsky e Ziblatt descrevem os Estados Unidos como uma democracia que "de certo modo conseguiu desafiar a gravidade", imunizada por sua Constituição, seu "credo nacional de liberdade e igualdade" e sua "classe média historicamente robusta" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 12). Trata-se de uma versão atualizada da ideologia da excepcionalidade americana.

Essa narrativa só se sustenta mediante um violento apagamento histórico. A "democracia exemplar" que o livro lamenta ver em declínio foi construída sobre a exclusão racial sistemática: a escravidão, o *Jim Crow*, a supressão do voto negro no Sul por quase um século, o encarceramento em massa e o *gerrymandering* racial. Os autores mencionam o *gerrymandering* apenas como um problema técnico de "manipulação do desenho dos distritos para favorecer determinados grupos" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 10), sem reconhecer que ele é, historicamente, uma tecnologia de dominação racial e de classe. A democracia americana nunca foi "saudável" para a maioria da população; foi uma democracia racialmente excludente e socialmente oligárquica.

Tampouco o livro tematiza o papel dos Estados Unidos como potência imperial na destruição de democracias alheias. É notável que uma obra sobre "como as democracias morrem" não dedique uma linha ao apoio estadunidense a golpes militares — do Irã (1953) à Guatemala (1954), do Brasil (1964) ao Chile (1973), citado no livro apenas como exemplo de golpe "espetacular", sem qualquer menção ao financiamento e à articulação da CIA. O mesmo establishment que os autores incensam como "guardião da democracia" foi, no plano internacional, um dos principais coveiros de democracias no Sul global. Uma teoria da crise democrática que não reconhece essa cumplicidade é, no mínimo, paroquial; no limite, apologética.

7 POPULISMO COMO ESPANTALHO: A CONDENAÇÃO INDIFERENCIADA E O CASO CHÁVEZ

Por fim, é preciso enfrentar o tratamento que o livro dispensa ao "populismo" e, em particular, à Venezuela de Hugo Chávez. Levitsky e Ziblatt apresentam Chávez como o arquétipo do autocrata eleito que "subverte as instituições" — e, de fato, a trajetória do chavismo, sobretudo após 2006, inclui episódios de aparelhamento do Judiciário, perseguição a opositores e concentração de poder que nenhuma análise séria pode ignorar.



O problema não é a descrição factual desses episódios, mas a moldura interpretativa. Em primeiro lugar, o livro opera uma equivalência formalista entre *populismo de direita* (Hitler, Mussolini, Fujimori) e *populismo de esquerda* (Chávez), abstraindo o conteúdo de classe e os projetos econômicos radicalmente distintos de cada um. A crítica de esquerda ao "populismo" — como a desenvolvida por Laclau (2013) e, em registro distinto, por Mouffe (2020) — insiste que o significante "povo" pode ser articulado a projetos emancipatórios ou reacionários, e que colapsá-los numa única categoria é um gesto político, não uma operação analítica neutra.

Em segundo lugar, a narrativa des-historiciza o chavismo. Chávez emerge, no livro, de um vácuo; mas ele foi a resposta a uma crise profunda — o *Caracazo* de 1989, o massacre de milhares de pobres pelo Estado, o colapso do "Pacto de Punto Fijo" e a devastação neoliberal imposta pelo FMI. O próprio livro registra, sem tirar consequências, que 60% dos venezuelanos em 1998 consideravam "a democracia sempre a melhor forma de governo" (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 32) — um dos índices mais altos da América Latina na época. O apoio de massas ao chavismo não foi um surto autoritário, mas uma demanda por inclusão material num país de desigualdade extrema.

Em terceiro lugar, a condenação do chavismo como "autocracia" — à qual os autores aderem — raramente é acompanhada do mesmo rigor aplicado à violência de classe perpetrada pelo capital: a sabotagem econômica, o golpe de 2002, o *lockout* petroleiro e as sanções unilaterais que, ao estrangularem a economia venezuelana, agravaram uma crise humanitária frequentemente instrumentalizada para deslegitimar o projeto bolivariano. A crítica de esquerda não precisa — e não deve — idealizar o chavismo, mas é obrigada a situá-lo na trama de uma guerra econômica assimétrica conduzida pela maior potência do planeta contra um país periférico.

O episódio decisivo, contudo, é revelador da cegueira seletiva dos autores. Quando o ex-presidente venezuelano Rafael Caldera abraçou publicamente a causa dos golpistas de 1992, o fez com palavras que o livro reproduz sem perceber que elas desmontam sua própria tese:

É difícil pedir ao povo para se sacrificar em nome da liberdade e da democracia quando ele pensa que essa liberdade e essa democracia são incapazes de lhe dar alimento para comer, de conter a alta astronômica do custo de vida ou de acabar definitivamente com a corrupção, que, aos olhos de todo o mundo, está corroendo as instituições da Venezuela a cada dia que passa (Caldera apud Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 29).

A fala de Caldera — que o livro cita para ilustrar a "aliança fatídica" — contém, na verdade, a chave explicativa que os autores se recusam a usar: a democracia entra em crise quando deixa de entregar condições materiais de vida. É essa a lição que a esquerda deve extrair: a democracia, para os pobres, nunca foi apenas procedimento — foi promessa de pão, terra e dignidade.



8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradoxo de *Como as democracias morrem* é que o livro diagnostica com precisão o sintoma — a corrosão das normas que sustentam o jogo democrático — mas recusa-se a nomear a doença — a captura da política pelo poder econômico sob o neoliberalismo e o esvaziamento substantivo da soberania popular que ela produziu. Ao final, a obra oferece uma terapêutica que oscila entre o moralismo ("defender as normas") e a restauração oligárquica ("devolver o filtro às elites"), sem jamais questionar a estrutura de poder que torna a democracia, para a maioria, uma promessa vazia.

Uma resposta de esquerda à crise democrática não pode se contentar em "defender as instituições" — até porque as instituições existentes foram, em larga medida, cúmplices da crise. Ela precisa, em vez disso, disputar o próprio sentido da democracia: não como competição entre elites mediada por normas, mas como poder popular substantivo — controle democrático sobre a economia, sobre o trabalho, sobre a terra e sobre o crédito. A democracia não morre apenas quando um demagogo viola a Constituição; ela já está doente quando as decisões fundamentais são sequestradas por mercados e corporações, e quando a vontade popular é sistematicamente filtrada, domesticada e traída.

Nesse sentido, o livro de Levitsky e Ziblatt, lido criticamente, é mais útil como sintoma do que como diagnóstico: ele revela os limites de um liberalismo que, assustado com as consequências de sua própria obra, prefere lamentar os "demagogos" a enfrentar o capital. A tarefa que ele não cumpre — e que cabe à esquerda — é outra: não apenas impedir que a democracia morra, mas fazer com que, pela primeira vez, ela exista.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution**. New York: Zone Books, 2015.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal: origens e evolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MEIKSINS WOOD, Ellen. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.



MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.